

dizem mais respeito a determinadas práticas utilizadas pelas oligarquias, em seu processo de dominação, do que uma oposição à essência do regime. Um exemplo neste sentido é o movimento tenentista, que luta por reformas políticas e jurídicas institucionais e tem, na moralização do sistema eleitoral, um dos pontos básicos de seu programa. Em síntese, durante este período, "o interesse das classes médias não era impor seus valores próprios, que nem sequer possuíam, mas ter um espaço no jogo do poder e garantir o lugar conseqüido". (6)

Em síntese, embora a atuação política das classes médias, durante a República Velha, não tenha visado a promoção de transformações radicais no sistema político social vigente no País (*) ela foi importante "no sentido de contribuir para a redefinição das alianças políticas dominantes (ou provocá-las) o que eventualmente teve como conseqüência a ampliação dos limites de sua presença política na sociedade". (7)

O desenvolvimento da indústria e a intensificação do processo de urbanização a partir do final do Império, determinam também o crescimento da classe operária, especialmente na região sudeste do País. E já no início deste século verificam-se as primeiras manifestações dessa classe, contra a excessiva pressão sobre ela exercida pela burguesia industrial, em seu processo de exploração de mão-de-obra.

Para compreender a natureza das lutas desencadeadas pelo proletariado brasileiro, nesse período, é preciso que se leve em consideração alguns dados a respeito de sua constituição e de suas condições de sobrevivência.

(*) O que não poderia ter ocorrido, dadas as suas condições de organização e ausência de uma prática política que a caracterizasse enquanto classe.

A maior parte do proletariado brasileiro, no período que se estende entre 1890 e 1920, é constituída de imigrantes ou de filhos de imigrantes nascidos no Brasil. Esses estrangeiros ou vêm do campo, fugindo às condições de vida oferecidas ao camponês no nosso meio rural, ou vêm diretamente da Europa (Portugal, Espanha e Itália) para as fábricas, onde trabalham como técnicos e operários especializados. "Esse dado terá conseqüências ao nível da consciência e da organização do trabalho". (8) O elemento nativo, raramente se empregava nas fábricas e quando isso acontecia eram geralmente camponeses nordestinos, que vinham para o Sul, em busca de trabalho.

Esses operários concentravam-se, especialmente em indústrias de médio porte, apesar do grande número de pequenas indústrias existentes no País nesse período: "fica também claro que no mesmo período, no Brasil as empresas com mais de 100 operários compreendiam 69,9% da mão-de-obra industrial, apesar de somente abranger 3,5% dos estabelecimentos". (9)

O proletariado brasileiro dispunha de possíveis condições de trabalho e de vida, impostas pela burguesia industrial, que tinha, na excessiva exploração da força de trabalho um dos elementos de acumulação do capital. Para se avaliar as condições de trabalho do operariado, nesse período, é preciso lembrar que não havia qualquer legislação que fixasse limites em relação a número de horas de trabalho, salários ou idade. Cada fábrica estabelecia seu próprio regime de funcionamento, e as jornadas de trabalho diário oscilavam entre dez e quatorze horas. Os baixos salários faziam com que as mulheres e crianças

(*) Para comprovar a presença de menores na indústria paulista, Paulo Sérgio Pinheiro registra um trecho do relatório de fiscais inspetores, a respeito das condições de trabalho nas Indústrias Matarazzo, onde fica registrada a existência de máquinas especialmente adaptadas para o trabalho